

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica –
LASEB

Andreísa Camila Amâncio

**A atuação da Especialista em Educação Básica e o fluxo de trabalho no
recebimento e atendimento à criança Público-alvo da Educação Especial no
CMEI “Água Limpa”**

**Belo Horizonte
2025**

Andreísa Camila Amâncio

A atuação da Especialista em Educação Básica e o fluxo de trabalho no recebimento e atendimento à criança Público-alvo da Educação Especial no CMEI “Água Limpa”

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência e inclusão escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola.

Orientadora: Esther Augusta Nunes Barbosa

Belo Horizonte

2025

A484a
TCC

Amâncio, Andreísa Camila, 1981-

A atuação da especialista em educação básica e o fluxo de trabalho no recebimento e atendimento à criança público-alvo da educação especial no CMEI "Água Limpa" [manuscrito] / Andreísa Camila Amâncio. -- Belo Horizonte; Itabirito, 2025.

37 f. : il., color.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Esther Augusta Nunes Barbosa.

Bibliografia: f. 33-34.

Anexos: f. 35-37.

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Professores de educação especial -- Formação. 4. Educação inclusiva. 5. Inclusão em educação. 6. Educação inclusiva -- Itabirito (MG). 7. Educação especial. 8. Administração escolar. 9. Itabirito (MG) -- Educação. 10. Itabirito (MG) -- Educação especial.

I. Título. II. Barbosa, Esther Augusta Nunes, 1987-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica


ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

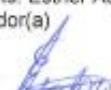
Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**A atuação do Especialista em Educação Básica e o fluxo de trabalho no recebimento e atendimento à criança público-alvo da educação especial no CMEI ‘Água Limpa’**”, do(a) aluno(a) **Andreisa Camila Amâncio**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores Esther Augusta Nunes Barbosa (orientador) e Eduardo da Silva Teodoro. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.


Aluno(a)


Andreisa Camila Amâncio

Registro na UFMG: 2024694238


Profa. Ms. Esther Augusta Nunes Barbosa
Orientador(a)


Prof. Ms. Eduardo da Silva Teodoro
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)


Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a espiritualidade, a minha família e ao Gui, marido companheiro, amoroso e dedicado, por me conduzirem à conclusão de mais uma graduação. Sou grata também à minha Psicanalista, Regina Rozenbaum, por fazer parte do processo de me reencontrar na Educação.

Como sou feliz por ser parte dessa turma, conhecer e conquistar amizade de tantas pessoas que me ensinam muito, todos os dias. Monique, obrigada por me incentivar fazer essa pós-graduação! Andreza, que bom te conhecer! Eliane Fagundes, sem dúvida, você é a mulher mais forte, mais inteligente e dedicada que já conheci. Esther, que honra ser sua orientanda e obrigada por tudo! Libéria, Vanessa e todos os professores, que honra aprender com vocês!

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar a atuação da Especialista em Educação Básica no recebimento e atendimento à criança do Público-alvo da Educação Especial (PAEE) no CMEI “Água Limpa”. Esse trabalho busca frisar, por meio da revisão bibliográfica e empírica, as atribuições e atuações da Especialista em Educação Básica (EEB) da rede municipal de Educação de Itabirito, tendo como objetivo o mapeamento da realidade escolar local das crianças com deficiência e suas atuações previstas nas atribuições do cargo, bem como o conhecimento empírico e fluxo de trabalho realizado. O plano de ação consiste na elaboração do fluxograma de trabalho da EEB em relação ao atendimento da criança público da educação especial. Serão relatados também os desafios encontrados para o desenvolvimento da pesquisa ao longo do curso. A partir da pesquisa realizada verificou-se que a EEB possui um papel fundamental na qualidade educacional da criança da educação especial, sendo o responsável pela gestão e articulação de todo o seu processo educativo, do recebimento à finalização da etapa de ensino.

Palavras-chave: educação especial; especialista em educação básica; gestão escolar; educação inclusiva.

ABSTRACT

This research aims to analyze the role of the Basic Education Specialist in receiving and serving children from the Special Education Target Group (SETG) at CMEI “Água Limpa”. This work seeks to highlight, through bibliographic and empirical review, the responsibilities and actions of the Basic Education Specialist (BES) in the municipal education network of Itabirito, with the goal of mapping the local school reality for children with disabilities and their assigned duties, as well as understanding the empirical knowledge and workflow involved. The action plan involves developing a flowchart of the BES’s work process related to attending children from the special education target group. The challenges encountered during the research process will also be discussed. The findings indicate that the BES plays a crucial role in the educational quality of children in special education, being responsible for managing and coordinating the entire educational process from reception to the completion of the educational stage.

Keywords: special education; basic education specialist; school management; inclusive education.

Lista de siglas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CER – Centro Especializado em Reabilitação

CMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

EEB – Especialista em Educação Básica

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONG – Organização Não Governamental

PAEE – Público Alvo da Educação Especial

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PMI – Prefeitura Municipal de Itabirito

PNEEPEI – Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPP – Projeto Político Pedagógico

RT – Responsável Técnico

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Minha história e encontro com a educação especial	9
2. A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E SEUS DESAFIOS	17
2.1. Breve histórico da educação especial no Brasil	17
2.2. Atuação da EEB no cotidiano escolar	19
2.3. Atuação da EEB na perspectiva da educação inclusiva prevista nas atribuições do cargo no Município de Itabirito	20
2.4. Atuação da EEB na perspectiva da Educação Inclusiva diante do conhecimento empírico e fluxo de trabalho	22
2.5. A comunidade escolar – Bairro Água Limpa	25
2.6. Mapeamento dos estudantes da EE em Itabirito e CMEI Água Limpa	26
3. PLANO DE AÇÃO: CONSTRUÇÃO/ ELABORAÇÃO DE UM FLUXOGRAMA DE RECEBIMENTO DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
3.1. Análise do fluxograma	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5. REFERÊNCIAS	33
6. ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar a introdução peço licença para relatar minha história e trajetória, em primeira pessoa.

1.1. Minha história e encontro com a educação especial

“Meu nome é Andreísa Camila Amâncio, tenho 44 anos. Nascida e criada em Ponte Nova, cidade conhecida como a “Princesinha da Zona da Mata”, em Minas Gerais, venho contar minha história de vida, minha trajetória na educação e como a e

Sou filha de costureira e funcionário público (ex-ferroviário), com quatro irmãos, morava em um bairro onde havia pessoas, em sua maioria, trabalhadoras, sem curso superior e famílias em situação de extrema pobreza.

Não há histórico na família materna e paterna de pessoas com curso superior, até que eu concluí em 2004. Tradicionalmente meus avôs eram ferroviários. Diante desse contexto, a estabilidade financeira permitiu que ambas famílias pudessem conquistar casas próprias, fornecer alimentação adequada e outras necessidades básicas aos meus pais e tios.

Dentro de casa, eu e meus irmãos sempre fomos incentivados a estudar, manter notas boas e ter bom comportamento na escola. Fomos criados em um ambiente onde sempre se ouvia músicas populares brasileiras, assistia a programas culturais, tínhamos muitos brinquedos e ganhávamos livros. Aos cinco anos iniciei os estudos na educação formal. Estudei em escola pública a vida inteira. Desde o primeiro dia em que fui à escola, me senti feliz e “em casa”. Fui uma criança estudiosa, dedicada e com grande facilidade de aprender. O fascínio por ensinar, certamente é consequência desse gosto por aprender.

Não recordo exatamente como foi o meu processo de alfabetização porque antes de entrar na escola já sabia ler e escrever. Por ser uma boa aluna, sempre que acabava

as atividades, as professoras me colocavam para ajudar e ensinar os colegas. Certamente, já ali, na antiga 1ª ou 2ª série, iniciou minha carreira na docência. Aos 9 anos de idade já dava aulas particulares para colegas que estudavam comigo e em de escolas particulares. Aos 13 anos era professora voluntária em uma Organização Não Governamental (ONG) de pintura e artesanato e no antigo 2º grau, decidi prestar vestibular para Pedagogia apesar de ter vontade de fazer direito também.

Escola para mim sempre foi um ambiente acolhedor. Era muito ativa, gostava de escrever, participava de todas as atividades, feiras e festivais, organizava teatros e nos trabalhos em grupo, sempre organizava a equipe, dividia as tarefas e não foi diferente na graduação.

Em 2001 ingressei na graduação de Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa. Me identifiquei, apaixonei, dediquei ao curso, formei em 2004 e no ano de 2006 iniciei a carreira profissional como Pedagoga do projeto “Por Um Brasil Alfabetizado”, pelo Serviço Social da Indústria. Desde então, atuei em instituições educacionais públicas como supervisora pedagógica e Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social na prefeitura de Ponte Nova. Nas instituições particulares trabalhei como professora do curso Normal Superior, no Colégio Salesiano, Senai e Sesc, até assumir a função de EEB em Itabirito em 2017, quando saiu minha nomeação após passar no concurso.

Minha trajetória em Itabirito...

Em Itabirito atuei em escolas de ensino fundamental 1 e fundamental 2 de 2017 a 2021 na região urbana. Após a remoção para uma escola de zona rural, tive a primeira experiência com educação infantil. Nessa escola, Antônio Toledo Sobrinho (a qual tenho muito apreço e saudade), trabalhei com crianças do Maternal 3 até o 5º Ano do Ensino Fundamental. Permaneci lá de 2021 até agosto de 2024. Em agosto do ano passado, fui para o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no bairro de Água Limpa. Fiz essa escolha porque moro em Belo Horizonte. Além de ficar mais perto, reduzir o risco na estrada, o custo com o transporte fica mais baixo, uma vez que a prefeitura não oferece nenhuma ajuda de custo.

O trabalho no CMEI tem sido muito desafiador por uma série de questões que vou descrever abaixo:

- Eu, Andreísa, até então não tinha experiência em trabalhar em creche. Procurei ajuda de colegas, visitei CMEIs e solicitei auxílio da direção pedagógica;
- A equipe docente é nova na rede municipal, recém empossados pelo concurso e alguns nunca tiveram experiência em sala de aula;
- O acesso ao local é muito ruim. As ruas não são calçadas; tivemos problemas recorrentes estruturais no ano passado com inundação no CMEI por causa da chuva e falta de água. As aulas presenciais tiveram que ser suspensas várias vezes, por vários dias. Isso causou insatisfação nas famílias;
- Agora que está sendo realizada urbanização do bairro: iluminação pública, saneamento básico e cadastramento das famílias.

Diante de tantos desafios que tenho vivido, considero um grande presente realizar o trabalho em um local que está começando. Estamos construindo e aprendendo juntos, tanto os profissionais, quanto a comunidade que carece tanto do CMEI. Apesar dos problemas estruturais, o prédio é lindo, as salas são grandes, temos bom recursos pedagógicos. O mobiliário é excelente também.

Diagnóstico de depressão e a dúvida de continuar na educação

Em 2019, após um ano de tratamento terapêutico, procurei um auxílio psiquiátrico, recebi o diagnóstico de Depressão. Fiquei 3 meses afastada das atividades laborais. Mesmo com o diagnóstico, tomando medicamentos e fazendo sessões de análise, tive dificuldade de absorver a informação de que estava com depressão. Foi um processo difícil de entender o que era e como me encaixava nessa doença. Concomitante ao diagnóstico, entrei numa crise sobre minha atuação profissional. Acreditava que não gostava mais da educação. Pensei inúmeras vezes em exonerar o cargo. Não conseguia ir trabalhar de carro, ia de ônibus. Entender e aceitar que estava com depressão foi importante para iniciar o processo de cura. Aos poucos fui melhorando, libertei dos medicamentos e voltei a identificar com a profissão que escolhi.

Vejo que a depressão, a crise com a educação e outros desafios muito grandes que tive só me fortaleceram enquanto pessoa e profissional. Voltei a ter fé em mim e na vida!

Primeiro contato com uma pessoa com deficiência

O primeiro contato que tive com uma pessoa com deficiência foi na infância. Uma vizinha, Vaninha, tem Síndrome de Down. Ela era amiga da minha mãe, frequentava minha casa diariamente. Não entendia bem o que ela tinha, mas percebia que, mesmo sendo maior que eu, ela era como uma criança. Nas décadas de 80 e 90, as pessoas com deficiência frequentavam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Eu via o ônibus passar com eles todos os dias. Não tínhamos muito contato com pessoas com deficiência e quando acontecia, minha mãe sempre dizia que não podíamos “ficar olhando” porque elas não gostavam. Então eu sempre me afastava quando via.

A primeira experiência como profissional com um estudante do PAEE foi em Itabirito. Não consigo recordar quantos foram até hoje, mas sei que são crianças com TEA e Síndrome de Down. No CMEI que trabalho hoje tem um menino de 5 anos com TEA e uma criança muito pequena com Catarata Congênita.

Como a minha relação com pessoas deficientes mudou aos longos dos anos? O que mudou?

Em primeiro lugar gostaria de relatar que as políticas públicas para a pessoa com deficiência proporcionaram a integração delas no meio social, começando pela educação. Isso, por si só, já transforma a relação da sociedade em geral para com as pessoas com deficiência e vice-versa. Em segundo lugar, mudei a percepção e o sentimento que tinha de compaixão (dó) da pessoa com deficiência.

A educação, em sua suma importância, é o caminho para inclusão de pessoas com deficiência no mundo. Sei que ainda temos muito a evoluir e avançar enquanto educadores. É um longo caminho a percorrer, mas estamos construindo a estrada. ”

Retornando à introdução, a presente pesquisa visa analisar a atuação da Especialista em Educação Básica (EEB) no CMEI “Água Limpa”, em Itabirito, Minas Gerais, no recebimento e atendimento à criança Público-alvo da Educação Especial (PAEE).

O cargo e atribuições de Especialista em Educação Básica, em diversas regiões e estados do Brasil e por diversos autores, possui outras nomenclaturas como Coordenador Pedagógico, Supervisor Pedagógico e Supervisor Escolar. No município de Itabirito, houve, após a reforma administrativa em 2023, a mudança da nomenclatura de Supervisor Escolar para Especialista em Educação Básica (EEB), a qual essa pesquisa usa, porém, em algumas citações, devido ao referido acima, aparecerão as nomenclaturas citadas acima.

Segundo Silva, "O coordenador escolar atua como articulador entre a gestão, professores e comunidade, buscando a melhoria contínua da prática pedagógica e a formação de uma escola democrática e participativa." (Silva, 2018, p. 45). Nessa perspectiva, ele atua no cotidiano escolar como responsável pela qualidade dos processos educacionais, bem como o apoio aos professores, organização de atividades pedagógicas e a implementação de práticas que melhorem o desempenho das crianças, tendo como foco principal a construção de um ensino de qualidade, que promova o a construção do conhecimento do estudante.

É importante ressaltar que, na Secretaria Municipal de Educação de Itabirito (Semed), existe um núcleo de atendimento à Educação Especial – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (Cmaee), composta por uma equipe multidisciplinar, que dá suporte às crianças PAEE e que tem como principal referência entre escola, família, Centro Especializado em Reabilitação (CER), o Especialista em Educação Básica (EEB). É ele que é o articulador do processo. Frente a isso, a pesquisa visa analisar a atuação da EEB, uma vez que não há um documento formal e norteador para tal. O trabalho acontece de forma empírica, de acordo com as necessidades.

Para o alcance do objetivo desta pesquisa, foram analisadas as atribuições da Especialista em Educação Básica no CMEI “Água Limpa”, da rede municipal de Itabirito, no recebimento e atendimento a criança do público alvo da educação especial

(PAEE). Ademais, foi necessário realizar um diagnóstico da realidade da comunidade em que o CMEI está inserido, bem como um mapeamento dos estudantes (ou pessoas com deficiência em idade escolar), da comunidade, público da educação especial.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e empírica. A pesquisa bibliográfica foi importante no presente trabalho porque a mesma proporciona o conhecimento do que já fora estudado, ou não, sobre o tema em questão. Segundo Gil (2008), a revisão da literatura permite ao pesquisador contextualizar seu estudo, justificá-lo e definir suas hipóteses ou objetivos com maior embasamento. Essa pesquisa também permite o levantamento da história da comunidade, da população que reside e crianças do PAEE no local por meio de um cadastramento que está acontecendo, para urbanização e melhorias infra estruturais do local.

A pesquisa empírica é importante porque permite refletir sobre a prática, validar ou refutar hipóteses, analisar os dados e as situações reais que ainda não estão formalizadas. Nesse contexto, a reflexão será baseada na atuação da EEB, dentro da CMEI “Água Limpa”, no fluxo de trabalho quando recebe e atende uma criança do PAEE. Justifica essa ação e reflexão porque até o presente momento não há nenhum documento formal que o norteia no desenvolvimento de atividades. As ações baseiam em comunicados, reuniões e estudos de caso, de acordo com a necessidade que apresenta.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva de um estudante PAEE perpassa por vários setores e profissionais para que a mesma ocorra de forma adequada. Ela abrange, dentro e fora da escola, uma rede de atendimento, composta por equipe multidisciplinar, distribuídos em Centro de Atendimento Educacional Especializado, Centros Especializados em Reabilitações, Assistência Social e instituições educacionais.

No universo da escola, o atendimento e recebimento do estudante PAEE tem um profissional que faz a ponte nesse fluxo de trabalho entre as instituições externas, dentro da instituição educacional e com a família, que é o Especialista em Educação Básica (EEB). O EEB, apesar de exercer uma função de grande responsabilidade,

não possui, no município de Itabirito, um documento norteador de suas atribuições para esse fim.

A presente pesquisa visa analisar as atribuições da EEB no CMEI “Água Limpa” no recebimento e atendimento à criança PAEE, bem como realizar um diagnóstico da comunidade e o mapeamento das crianças com idade escolar de 0 a 5 anos. Durante essas análises e mapeamentos foi elaborado, como plano de ação da pesquisa, o fluxograma de trabalho desse profissional no recebimento e atendimento da criança PAEE, desde o momento da matrícula até o acompanhamento e participação nas reuniões de estudo de caso com a rede de apoio.

A realização da pesquisa e seus desafios

A proposta inicial da pesquisa era elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e utilizá-lo como ferramenta de um CMEI inclusivo, realizar um mapeamento das crianças PAEE da comunidade e capacitar os profissionais para receber os estudantes da educação especial. No entanto, o CMEI Água Limpa iniciou as atividades educacionais em 2/9/2024 e recebemos da Secretaria Municipal de Educação um PPP padronizado, ademais havia o desafio da realidade de desenvolver a pesquisa em uma unidade que estava iniciando as atividades, uma vez que a elaboração de PPP demanda tempo, reuniões com todos os setores da comunidade escolar e ao iniciar as aulas, sofremos por falta de água, inundação com as fortes chuvas ocorridas no mês de outubro e novembro de 2024.

Diante dessa realidade, as aulas foram suspensas para que a empresa responsável pela construção refizesse a estrutura de escoamento de água. O retorno das aulas foi gradual e, inicialmente, apenas em um turno. Tal realidade impôs desafios à gestão escolar e, como Especialista da Educação Básica, dedicando-se mais detidamente às questões administrativas da escola, na formação continuada de professores e monitores e no auxílio de reorganização das aulas nesse período conturbado.

Assim desenvolvimento da pesquisa, conforme desenhado inicialmente, foi impossibilitado por esses dois motivos: problemas estruturais da escola e o outro

empecilho foi a elaboração Projeto Político Pedagógico (PPP), conforme explicitado anteriormente.

Diante da necessidade de alteração do objeto da pesquisa e da atuação da EEB nesse momento conturbado de início das atividades, explicitou-se que o atendimento inicial e o acompanhamento das crianças público da educação especial demandariam um olhar diferenciado. Assim, o objetivo desta pesquisa passou a ser a análise do potencial da atuação da EEB na gestão educacional das crianças PAEE, alterando-se inclusive o título para: “A atuação da Especialista em Educação Básica no recebimento e atendimento da criança Público-alvo da Educação Especial”. Assim, o plano de ação mudou da construção de um PPP para a elaboração do fluxograma da atuação do EEB nesse contexto.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas a revisão bibliográfica e análise da situação vivenciada no CMEI de forma empírica. A bibliográfica visa analisar as atribuições da EEB no ambiente escolar por meio de artigos científicos e descrição do cargo previstas na lei orgânica do servidor municipal da Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI). A parte empírica da pesquisa analisa, frente ao fluxo de trabalho e demandas diversas, a atuação da profissional no recebimento e atendimento à criança PAEE no CMEI.

As buscas para a revisão bibliográfica aconteceram em “sites” de periódicos (SciELO, Google Academic, universidades federais e renomados autores) sempre tendo como palavras-chave atuação do coordenador pedagógico no cotidiano escolar; a atuação do coordenador pedagógico prevista na Lei de Diretrizes e Base; o papel do coordenador pedagógico na educação inclusiva; atuação do supervisor escolar no atendimento da criança PAEE.

2. A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E SEUS DESAFIOS

2.1. Breve histórico da educação especial no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil inicia no século XIX, com a criação da primeira escola de surdos no Rio de Janeiro, em 1855, fundada sob influência do pedagogo francês Emílio Wiesel. Segundo Ponce (2014, p. 72), “essa escola representou o primeiro espaço formal de atendimento aos surdos e foi marcada por uma pedagogia voltada à oralidade, apoiada em modelos médicos-reabilitadores”. Nesse período, a visão pedagógica prevalente era de normalização, centrada na cura e na reabilitação dos indivíduos com deficiência, reforçando uma abordagem assistencialista.

Em meados da década de 50, surgiu a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) no Brasil. Segundo Silva (2017), a formação dessas instituições teve início na década de 1950, como uma resposta à ausência de estruturas públicas de atendimento e à necessidade de apoio às famílias. Essas associações surgiram com o objetivo de promover a integração social, a educação, a saúde e a assistência social, fundamentadas na ideia de que a inclusão dessas pessoas deveria ser uma prioridade social.

Durante o século XX, o movimento de educação de pessoas com deficiência foi se consolidando de forma fragmentada, com o desenvolvimento de escolas especiais e ações focadas na reabilitação. Salienta Gatti (2004, p. 38) que “até a década de 1970, a educação de pessoas com deficiência ainda era marcada por práticas segregadoras e ações pontuais, muitas vezes influenciadas por uma visão medicalizante”. A partir dos anos 1980 e, sobretudo após a Declaração de Salamanca (1994), houve uma mudança paradigmática, promovendo a noção de que a inclusão é o caminho desejável e possível.

A Constituição Federal de 1988 e as políticas públicas para a educação especial no Brasil

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco fundamental na luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, pois garantiu, no seu artigo 227, que

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Autores como Vasconcelos (2021, p. 52) destacam que “a Constituição de 1988 representou um avanço constitucional ao estabelecer a inclusão como direito e dever social, impactando as legislações subsequentes e as práticas pedagógicas”. Essa constituição sinalizou uma nova fase na percepção do papel da escola, reconhecendo a diversidade como princípio de uma sociedade democrática.

Legislação e Política de Inclusão: De 1990 até 2008

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDBEN) reafirmou a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado e o direito à educação inclusiva. No entanto, foi com o Decreto nº 6.571/2008 e a elaboração do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que se consolidou uma política pública abrangente. Dessa forma percebemos que o PNEEPEI visa estabelecer a inclusão de forma mais estruturada.

O decreto priorizou ações como a adaptação curricular, a formação de professores especializados e a garantia de acessibilidade arquitetônica e digital. Como salientam autores como Pimentel (2022), “embora os avanços sejam evidentes na legislação, a implementação prática ainda sofre resistências e obstáculos estruturais”.

Avanços e retrocessos recentes: Desde 2008 até os dias atuais

Na década de 2010, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 reforçou o compromisso do Estado ao reconhecer a inclusão social e educacional como direito de todo cidadão com deficiência. Segundo Vasconcelos (2021, p. 65), “a LBI foi um marco na consolidação da inclusão na legislação brasileira, ao estabelecer direitos

específicos e ampliar a garantia de acessibilidade”. Já em contrapartida, o Decreto nº 10.502/2020 que permitia a oferta de serviços e recursos da educação especial em escolas especializadas, gerou controvérsias no meio educacional que alegavam que tal permissão poderia legitimaria a segregação de alunos com deficiência em escolas especializadas.

O percurso da Educação Especial no Brasil revela uma evolução desde práticas segregadoras até uma concepção de inclusão de direitos, amparada por dispositivos legais e por uma mudança de paradigma social e pedagógico. Ainda que os avanços sejam evidentes na legislação e nas políticas públicas, percebe-se que é necessário continuar fortalecendo a formação de professores e garantindo infraestrutura adequada para a plena efetivação desse direito.

2.2. Atuação da EEB no cotidiano escolar

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) não preveja, de forma explícita, as atribuições e atuações do EEB no ambiente escolar, percebe-se, que implicitamente, em 3 artigos, ela enfatiza a importância desse cargo na gestão educacional. No Artigo 12 – Organização da Educação – determina que a educação deve ser organizada de forma a garantir a articulação entre as diferentes modalidades e níveis de ensino. Nesse contexto, um coordenador pedagógico atua para garantir que a proposta pedagógica da escola esteja em conformidade com as diretrizes estabelecidas e no currículo. Já no Artigo 13 – Currículo – ela descreve que coordenador pedagógico pode desempenhar um papel importante na elaboração, implementação e avaliação do currículo, assegurando que ele atenda às necessidades dos alunos e da comunidade escolar. Artigo 14 revela que o coordenador pedagógico é muitas vezes responsável por promover espaços para formação e desenvolvimento profissional dos professores. Dessa forma, podemos concluir que a LDBEN alega que o EEB desempenha um papel crucial para garantir a qualidade da educação nas escolas, promovendo a articulação entre gestão e práticas pedagógicas.

Em consonância com a LDBEN, para LIBÂNEO "O coordenador pedagógico é uma peça fundamental na gestão escolar, atuando como articulador entre as demandas

pedagógicas e a administração escolar, contribuindo para a formação de uma equipe docente eficiente e para a melhoria da qualidade do ensino." (Libâneo, 2012, p. 150)

Celso Vasconcellos, em sua obra *Pedagogia da Gestão Educacional* (2010), destaca a função do coordenador pedagógico como um elemento chave para a melhoria da qualidade da educação, atuando como articulador no do trabalho integrativo, facilitando o diálogo e a troca de experiência entre os docentes; promovendo a formação continuada dos professores; auxiliando alunos e professores na resolução de dificuldades pedagógicas; proporcionador de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Em suma, para Vasconcellos, as atribuições do coordenador pedagógico perpassam tanto na dimensão pedagógica quanto a administrativa no exercício de sua função.

2.3. Atuação da EEB na perspectiva da educação inclusiva prevista nas atribuições do cargo no Município de Itabirito

O município de Itabirito conta com o plano de cargos e salários, de acordo com Edital de concurso 001/2023, onde descreve todas as atribuições de todos os cargos, dentre eles, o cargo de Especialista em Educação Básica. O presente edital (anexo 1) exige que o EEB tenha "graduação em Pedagogia com em habilitação em Supervisão ou Licenciatura em Pedagogia, ou graduação em Licenciatura de qualquer área do conhecimento na área da Educação, acrescido de pós-graduação em Supervisão Escolar. " Das 33 (trinta e três) atribuições do EEB dispostas no edital, destacam-se algumas das quais dialogam com seu trabalho relacionado às crianças PAEE:

- “1. Responder pela qualidade, confiabilidade e desempenho dos recursos, serviços e informações geradas pelas tarefas sob sua responsabilidade, mantendo sigilo sobre assuntos confidenciais relacionados às atividades que desenvolve;
2. Gerir todas as funções pedagógicas elaboradas no plano de curso;
3. Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola;
4. Promover encontros para divulgação das ações pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente no semestre;
5. Discutir permanentemente o aproveitamento escolar e a prática docente, a fim de propor e realizar ações de melhoria, quando cabível;
6. Assessorar individualmente e coletivamente o corpo docente no trabalho pedagógico interdisciplinar;
7. Coordenar e participar dos conselhos de classe, planejando acompanhando o currículo escolar;

8. Auxiliar na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico - PPP, sugerindo, orientando e auxiliando na realização das ações e atividades a serem realizados ao longo do ano;
9. Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo;
10. Participar de reuniões, conselhos de classe, encontros, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade de ensino;
11. Auxiliar o corpo docente na interação entre a parte teórica e a parte prática, avaliando a forma de ensino praticada pelo profissional;
12. Responsabilizar-se por seus deveres enquanto educador, promovendo o bom relacionamento com os alunos, os colegas de trabalho, pais e demais servidores do estabelecimento de ensino de forma igualitária;
13. Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional nos diferentes segmentos de ensino;
14. Responsabilizar-se pela elaboração do plano de intervenção escolar, juntamente com o corpo docente e equipe de atendimento ao educando, elaborando diretrizes a serem cumpridas, quando necessário;
15. Encaminhar os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade específica, de acordo com diagnóstico de especialistas, às instituições especializadas do município;
16. Analisar os resultados obtidos nas avaliações externas, realizando um levantamento do resultado obtido com o resultado definido, elaborando, quando necessário, plano de ação para melhoria do resultado obtido;
17. Realizar reuniões administrativas pedagógicas, com intuito de avaliar os resultados obtidos por meio das práticas propostas, sugerindo modificações e melhorias, quando necessário;
18. Elaborar juntamente com o corpo docente o cronograma de avaliação para ser encaminhado aos responsáveis pelos alunos;
19. Coordenar a organização das lideranças de turma e dos professores padrinho das mesmas, visando à melhoria do elo entre secretaria/supervisão e sala de aula;
20. Analisar as atividades diárias e avaliativas que o corpo docente necessitar para a realização das atividades;
21. Organizar e dar suporte a projetos e excursões realizadas pelo corpo docente escolar;
22. Participar dos processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vista ao melhor rendimento do processo de ensino-aprendizagem, revisando o planejamento sempre que necessário;
23. Coordenar a realização da auto avaliação dos professores e alunos, compilando os dados, elaborando gráficos separados por disciplina, professores e salas, a fim de repassar informações obtidas aos responsáveis;
24. . Coordenar o trabalho de integração entre família e escola e auxiliar o corpo docente na produção de eventos escolares;
25. Apoiar o superior imediato em assuntos inerentes à sua área de atuação, apresentando problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição de procedimentos e ações a serem adotadas;
26. Elaborar planos de cursos baseados na matriz curricular de referência em conjunto com a direção pedagógica;
27. Manter atualizados os registros das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;
28. Preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado e controlar a frequência do aluno..."

Embora as descrições do cargo de EEB previstas no edital não contemplem atribuições específicas para sua atuação no recebimento e atendimento ao estudante

PAEE, percebe- que, de forma implícita, nas escrituras do cargo desse profissional desempenha uma função significativa nesse processo, sobretudo nas atividades diárias pedagógicas para proporcionar à criança PAEE uma educação inclusiva.

Já na primeira atribuição do cargo, “Responder pela qualidade, confiabilidade e desempenho dos recursos, serviços e informações geradas pelas tarefas sob sua responsabilidade...” ilustra que o EEB exerce um papel de importância no processo educacional no ambiente escolar, o que é ratificado pela segunda atribuição “Gerir todas as funções pedagógicas elaboradas no plano de curso”. Essa explicita que o especialista é o gestor do processo de ensino aprendizagem da instituição escolar, juntamente com a nona que prevê “Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo”.

A décima sexta atribuição “Encaminhar os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade específica, de acordo com diagnóstico de especialistas, às instituições especializadas do município” prevê a responsabilidade do EEB no processo da condução da educação inclusiva, embora não refira diretamente à educação especial. De acordo com o trabalho realizado pelo EEB no recebimento e atendimento à criança PAEE no CMEI Água Limpa, sua atuação não implica apenas em encaminhar os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade específica, mas também gerir todo o processo de inclusão da mesma na instituição educacional e zelar pela qualidade da mesma. Para ilustrar esse processo, nas próximas páginas, serão descritas e elaboradas as tarefas desempenhadas pela EEB no processo de inclusão da criança PAEE no CMEI.

2.4. Atuação da EEB na perspectiva da Educação Inclusiva diante do conhecimento empírico e fluxo de trabalho no CMEI Água Limpa

O recebimento de uma criança na instituição educacional inicia no ato da matrícula, que deveria ser realizada pelo secretário escolar, porém, até o presente momento, não tem esse profissional. A diretora faz esse trabalho ou designa algum profissional para fazê-lo. Na matrícula (ficha anexo 2) é realizada uma entrevista (anexo 3) onde solicita informação se a criança tem alguma deficiência. Em caso positivo,

imediatamente a EEB é acionada para participar do momento e se inteirar da deficiência e solicitar o laudo. Com o documento, a especialista aciona o Responsável Técnico (RT), Psicólogo para incluí-lo na educação especial do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) da rede municipal de educação do município. É importante ressaltar que somente no mês de março que o CMEI passou a contar com o RT, uma vez por semana.

A seguir o quadro descreve o fluxo de trabalho do CMEI, com destaque na atuação do EEB no recebimento e atendimento a criança PAEE:

Tabela 1: Fluxo de recebimento e atendimento à criança PAEE CMEI “Água Limpa”

Atividade	Responsável	Procedimento/encaminhamento
Matrícula	Secretária	O profissional recebe o responsável legal para matrícula; Realiza uma entrevista (formulário anexo); Caso a família informe que a criança tenha alguma deficiência, solicita o laudo e solicita a presença do EEB.
Solicitação do laudo	EEB	A especialista solicita o laudo médico. Em caso negativo, a família é aconselhada a procurar o serviço de saúde. Em caso positivo, serão realizados os encaminhamentos necessários.
Encaminhamentos	EEB	Aciona o RT para os trâmites de inclusão na EE.
Análise do laudo e encaminhamento aos profissionais responsáveis.	Técnico de referência da CMEI	A criança é encaminhada para o Centro de Reabilitação (CER) do município para triagem e agendamento de terapias, caso a criança ainda não esteja fazendo e apresente necessidade.
Comunicação aos profissionais do CMEI	EEB	O EEB comunica e capacita os profissionais para recebimento da criança PAEE.
Capacitação dos profissionais administrativos e corpo docente	EEB	O EEB informa o tipo de deficiência que a criança possui; orienta a adaptação física e pedagógica;

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	EEB, direção, RT professores regentes e família	Etapa 1: entrevista com a família;
		Etapa 2: reunião entre o especialista e o corpo docente para estudo de caso;
		Etapa 3: preenchimento do documento com as adaptações curriculares e metas.
Atendimento e acompanhamento pedagógico	EEB, professor, RT e rede de apoio	Acompanha, orienta e intervém na adaptação curricular; Elabora com a equipe, relatório para rede de atendimento; Solicita e participa de estudo de caso com a rede de apoio.

Fonte: autoria própria (2025)

2.5. A comunidade escolar – Bairro Água Limpa

O bairro Água Limpa está situado no município de Itabirito, às margens da BR-040. Trata-se de um bairro que faz fronteira com o município de Nova Lima, localizando-se em proximidade ao condomínio residencial Alphaville. Segundo depoimentos de moradores e cidadãos da cidade de Itabirito, a comunidade registrou um aumento significativo de sua população nos últimos dez anos, sendo constituída principalmente por famílias que ingressaram na área em função do abandono das terras previstas para a construção de um condomínio de alto padrão. Essas famílias estabeleceram-se e construíram moradias, atraídas pelas oportunidades de emprego na fábrica da Coca-Cola, inaugurada em 2015 e localizada no bairro, bem como em atividades de exploração do minério de ferro. Observa-se que grande parte dos residentes são provenientes de regiões do Norte, Nordeste e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Atualmente, o bairro ainda carece de sistemas de saneamento básico, como redes de esgoto, além de infraestrutura de abastecimento de água. A iluminação pública foi instalada apenas no ano passado, em decorrência da construção do Centro

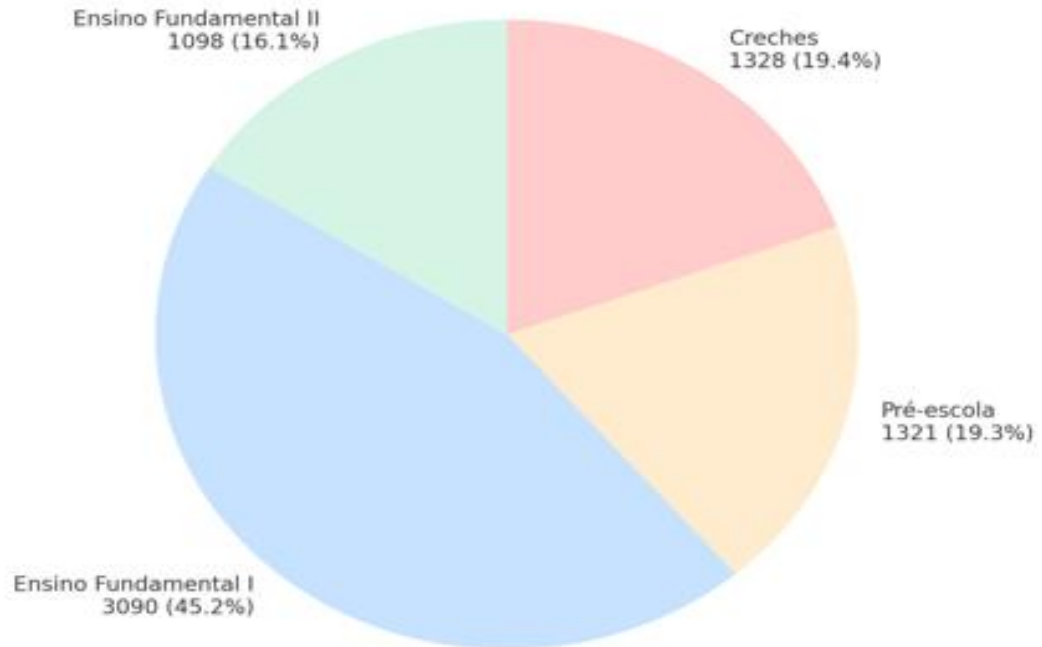
Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Água Limpa”, e esses serviços ainda estão em fase de implantação. Apesar da ausência de infraestrutura adequada, ocorreu um expressivo crescimento populacional. Estima-se que o bairro seja, atualmente, o mais populoso e extenso de Itabirito, abrigando aproximadamente 13 mil moradores, embora não haja dados oficiais concretos que possam confirmar essa quantificação.

Para dar início ao processo de urbanização de Água Limpa, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Urbanização, contratou a empresa Urb. Brasil para realizar o cadastramento dos residentes. Como parte do procedimento de mapeamento da comunidade, foi conduzida uma pesquisa por entrevista telefônica em 24 de abril de 2025, na qual o funcionário J. informou que o processo de cadastramento teve início no primeiro semestre de 2024. No entanto, o referido funcionário não pôde fornecer dados precisos devido à resistência das famílias em colaborar com o levantamento. Até aquele momento, havia registros de aproximadamente 3.400 pessoas cadastradas, embora o número total de moradores seja considerado superior, dada a quantidade de lotes existentes na região. Atualmente, o bairro dispõe de uma Unidade Básica de Saúde, um Posto de Protocolo (Subprefeitura) e o CMEI Água Limpa, todos mantidos por serviços públicos municipais.

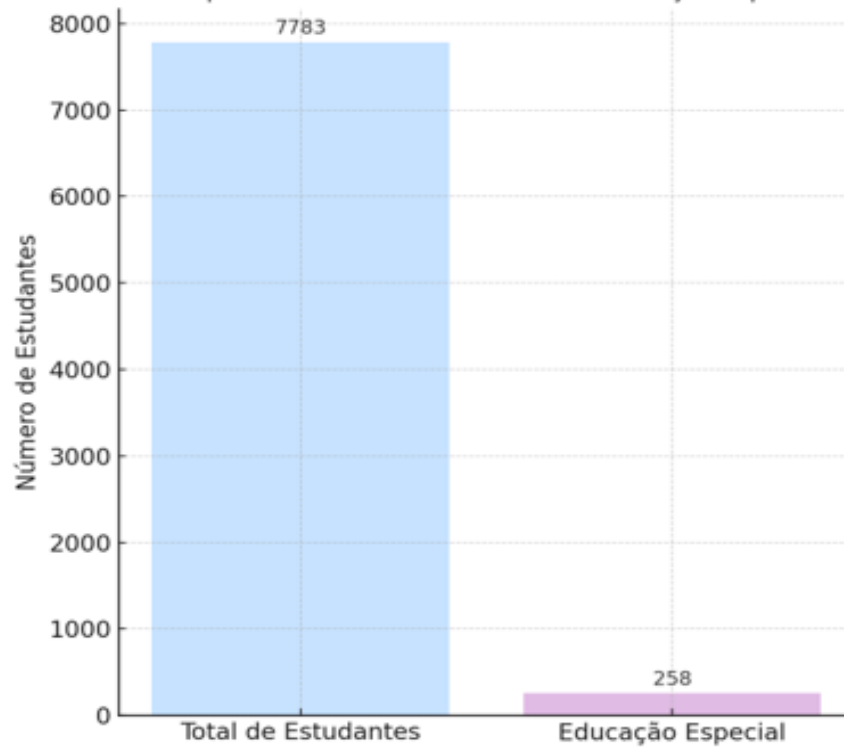
2.6. Mapeamento dos estudantes da EE em Itabirito e CMEI Água Limpa

De acordo com dados disponibilizados pela plataforma Qedu.org.br, referentes ao ano de 2024, a rede municipal de educação de Itabirito contabilizava um total de 27 escolas e CMEIs, com matrícula de aproximadamente 7.783 estudantes. Essa população escolar distribuía-se em 1.328 matriculados em creches, 1.321 na pré-escola, 3.090 no Ensino Fundamental I, 1.098 no Ensino Fundamental II e 136 na Educação de Jovens e Adultos, incluindo 258 estudantes na Educação Especial.

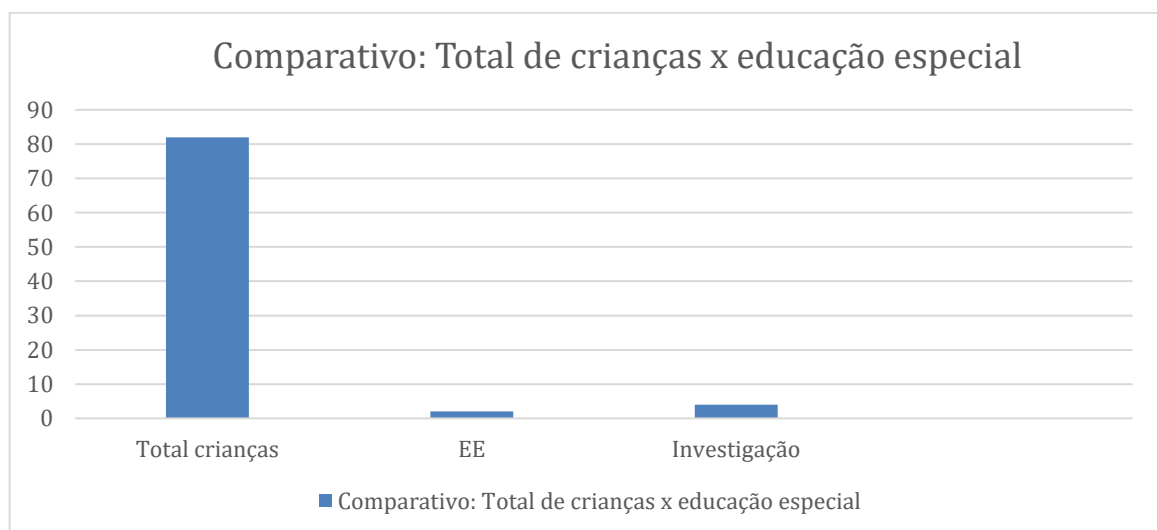
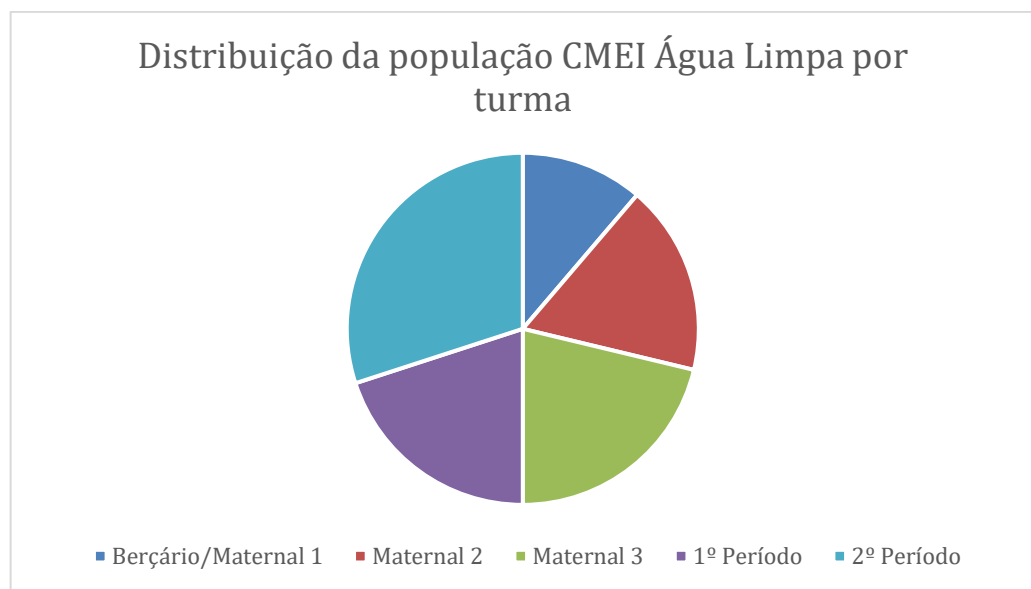
Distribuição da População Escolar (Creche ao EF II)



Comparativo: Total de Estudantes x Educação Especial



O CMEI “Água Limpa” atende 5 turmas, de 0 a 5 anos, em período integral, 7 às 16h20, com um total de 82 crianças, sendo 9 na turma multisseriada do Berçário e Maternal I, 14 no Maternal II, 17 no Maternal III, 16 no 1º Período e 24 no 2º Período, conforme dados obtidos no Sistema Appolus, em 2/6/2025, tendo 2 crianças PAEE: 1 no berçário, com de Catarata Congênita (CID Q12.0) no olho esquerdo, e outra no 2º Período, com Transtorno do Espectro Autista (TEA – CID-11). Além disso, há 4 crianças ainda em investigação diagnóstica: 2 no Maternal 2, 1 no Maternal 3 e outra no 1º Período, todas com hipóteses de TEA.

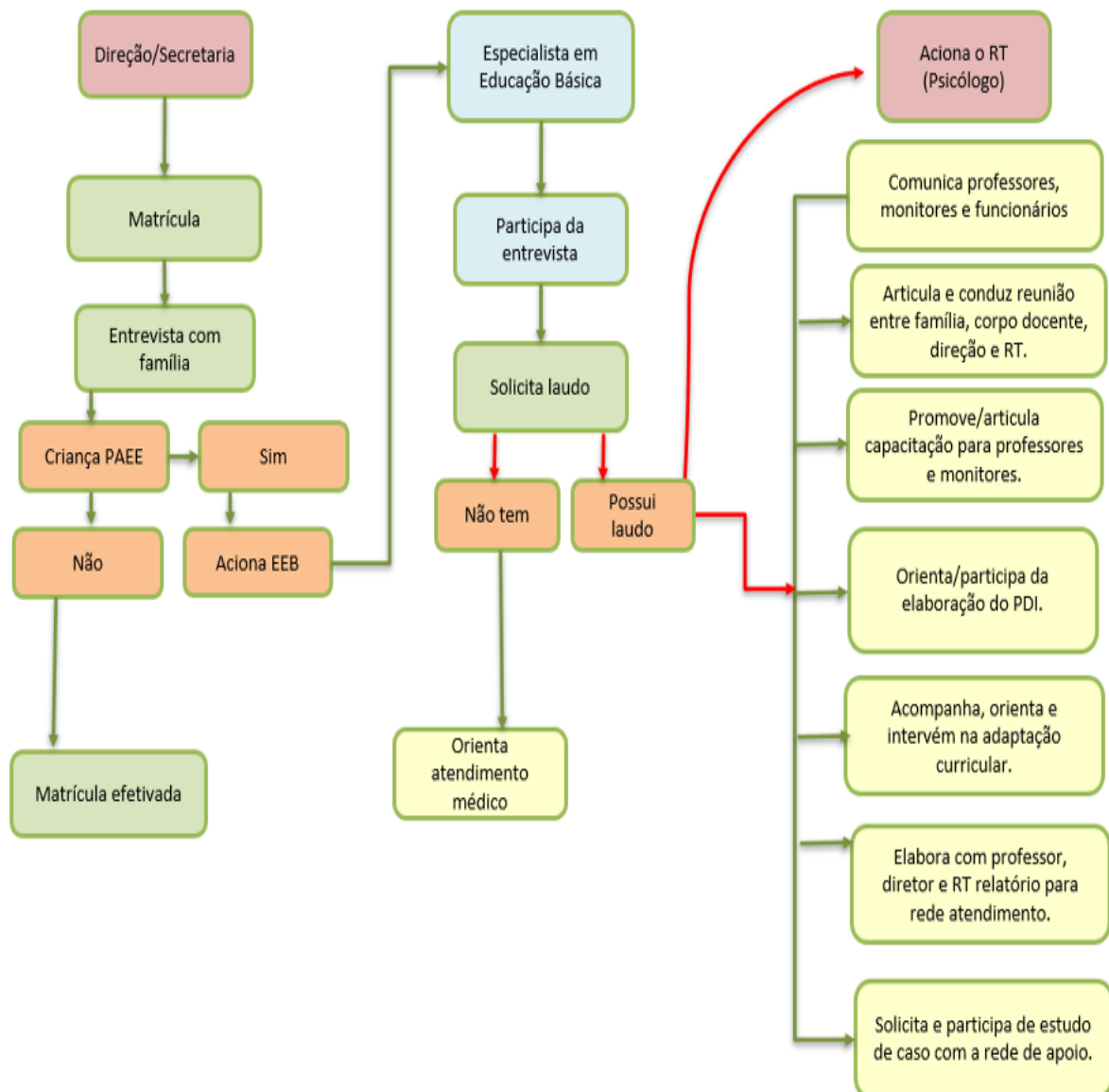


3. PLANO DE AÇÃO: CONSTRUÇÃO/ ELABORAÇÃO DE UM FLUXOGRAMA DE RECEBIMENTO DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diante da revisão bibliográfica das atribuições do Especialista em Educação Básica previstas na LDB e por grandes autores e pesquisadores, análise e discussões das atribuições previstas no plano de cargos e salários da Prefeitura Municipal de Itabirito e a atuação do Especialista em Educação Básica no recebimento e atendimento à criança Público Alvo da Educação Especial no CMEI Água Limpa, foi elaborado o fluxograma, que é o plano de ação dessa pesquisa.

Fluxograma é uma ferramenta visual que representa, de maneira organizada e sequencial, as etapas de um processo ou procedimento. Segundo Medeiros e Andrade (2014, p. 78), "o fluxograma permite a visualização clara e objetiva do funcionamento de um sistema, facilitando a compreensão e a análise do processo." O fluxograma elaborado na presente pesquisa tem o objetivo de possibilitar e facilitar a compreensão da atuação da EEB no CMEI "Água Limpa" nas atividades já percorridas.

Fluxograma da atuação da EEB no recebimento e atendimento à criança PAEE no CMEI “Água Limpa”



3.1. Análise do fluxograma

O “Fluxograma da atuação da EEB no recebimento e atendimento a criança PAEE no CMEI ‘Água Limpa’”, desenha as atividades que são realizadas pela EEB desde o momento da matrícula até as reuniões de estudo de caso com a equipe multidisciplinar da rede de apoio à criança PAEE.

No ato da matrícula, quando o responsável legal informa e apresenta o laudo médico indicando que a criança é PAEE, isto é, quando se enquadra nos critérios

estabelecidos pelo Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, a EEB é acionada para participar da matrícula e se inteirar da deficiência. Em seguida, a EEB aciona o RT (Psicólogo Escolar); comunica o corpo docente, monitor de apoio e demais funcionários envolvidos; promove e participa da reunião com família, professores, diretora, RT; promove e articula formação continuada; orienta e participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI); acompanha, orienta e intervém na adaptação curricular; elabora com a equipe relatórios para a rede de atendimento e; solicita e participa de estudo de caso com a rede de apoio/ atendimento.

Diante desse fluxo de ações detalhado, percebe-se que a atuação da EEB no recebimento e atendimento à criança PAEE no CMEI “Água Limpa” representa papel de estrutura organizada e colaborativa que visa garantir o atendimento adequado às necessidades específicas da criança. Esse processo evidencia a importância do trabalho em consonância com a legislação vigente, promovendo ações de integração, formação continuada, elaboração de planos individualizados e acompanhamento técnico multidisciplinar.

De acordo com a análise do fluxograma, percebe-se que a EEB do CMEI “Água Limpa” desempenha um papel fundamental para assegurar uma caminhada inclusiva, acolhedora e eficaz, que respeite e promova os direitos da criança PAEE. A EEB circula em todos os setores da escola (administrativo e pedagógico) e da rede de atendimento, orientado, elaborando, articulando, promovendo ações para inclusão efetiva da criança no ambiente escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa explicita a atuação da Especialista em Educação Básica (EEB) no recebimento e atendimento à criança Público-alvo da Educação Especial (PAEE) no CMEI “Água Limpa”, em Itabirito/MG. Ao realizar a revisão bibliográfica, analisar, refletir e registrar a prática, constatou-se que a atuação da EEB ultrapassa as funções administrativas e pedagógicas tradicionais, consolidando-se como agente articuladora e gestora da inclusão escolar e da construção de uma escola equitativa e inclusiva.

Por meio da análise do cotidiano escolar, da legislação vigente e das revisões bibliográficas, foi possível perceber que a EEB desempenha uma função estratégica e articuladora no processo de inclusão da criança PAEE no ambiente escolar no CMEI Água Limpa, contribuindo com a organização do trabalho pedagógico, mediação entre direção, corpo docente, família, rede de atendimento à criança PAEE, e na formação continuada dos profissionais envolvidos. Vasconcellos (2010, p. 84), afirma que “o coordenador pedagógico é o principal mediador entre o projeto político-pedagógico e a prática cotidiana, sendo sua ação essencial para consolidar uma gestão voltada à inclusão”.

Até o presente momento, considera-se que não há um documento oficial que norteie, no município de Itabirito, a atuação específica da EEB à inclusão da criança PAEE e isso reforça a importância desta pesquisa. O fluxograma elaborado como plano de ação torna-se uma ferramenta concreta que sistematiza e organiza as etapas necessárias para o atendimento qualificado à criança com deficiência desde a matrícula até o acompanhamento pedagógico e os estudos de caso. Essa estrutura contribui para dar visibilidade, respaldo técnico e operacionalidade ao trabalho desempenhado. É importante ressaltar que, em cada ação desenhada no fluxograma, há vários outros desdobramentos e ações que não couberam explicitar no momento, mas que podem e devem ser objetos de futuras pesquisas.

Autores como Glat e Fernandes (2005) destacam que a inclusão exige planejamento, sensibilidade, escuta ativa e ação coordenada, e é justamente nesse contexto que a EEB se fortalece como referência técnica, relacional e gestora, mobilizando recursos, profissionais e estratégias para atender às demandas específicas de cada estudante.

Libâneo (2012, p. 154), por sua vez, afirma que “a atuação do coordenador pedagógico vai além da supervisão, envolvendo a articulação das ações pedagógicas, a formação continuada dos professores e a elaboração de projetos pedagógicos que promovam a melhoria da qualidade do ensino.” Diante do contexto socioeconômico e estrutural desafiador do bairro Água Limpa, a atuação da EEB revela ainda maior relevância. O processo de urbanização em andamento, a diversidade cultural da comunidade, e a necessidade de formação de vínculos entre escola e famílias impõem ao EEB uma postura proativa, empática e fundamentada na escuta e na mediação dialógica.

Portanto, conclui-se que a atuação da Especialista em Educação Básica, mesmo diante da ausência de regulamentação específica, é indispensável para assegurar o direito à educação inclusiva de qualidade, uma vez que é a gestora pedagógica da instituição escolar. Sua presença no cotidiano representa a possibilidade de transformar desafios em oportunidades formativas, e de garantir, com intencionalidade e sensibilidade, o desenvolvimento integral da criança PAEE. No fluxograma apresentado, o trabalho que orienta, solicita, aciona, comunica, articula, promove, capacita, acompanha, intervém, elabora e participa reforça que a EEB é gestora do processo pedagógico no recebimento e atendimento à criança PAEE, ocupando um papel de grande responsabilidade na educação inclusiva de qualidade e equidade da educação especial no CMEI “Água Limpa”.

5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. p. 11–13.

COSTA, Marta Alves. **O papel do coordenador pedagógico no espaço escolar**. 2023. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Gurupá, 2023.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores e suas implicações no trabalho pedagógico**. Discussões sobre a formação e atuação dos coordenadores pedagógicos na prática escolar, 2004.

GATTI, Bernadete Angelina. **Inclusão e escola especial: uma crítica ao paradigma segregador**. Educação, Sociedade & Culturas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Método de pesquisa e elaboração de dissertação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

https://acesso-profissional-itabirito.sistemasyens.com.br/users/sign_in. Acesso em: 02 jun. 2025.

<https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ITABIRITO (MG). Lei nº 3.905, de 2023: **Plano de Cargos e Vencimentos Geral dos Servidores do Município de Itabirito**. Disponível em:

<<https://itabirito.mg.gov.br/oficio/lei-3905-de-2023-plano-de-cargos-e-vencimentos-geral-dos-servidores-do-municipio-de-itabirito/>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, João Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 20. ed. São Paulo: Nova Cultura, 2012.

PEDROSA, Daniela. **A história das APAES e o movimento de defesa dos direitos das pessoas com deficiência**. Revista Educação e Sociedade, 2018.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas**. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente: articulando saberes**. São Paulo: Loyola, 2003.

PONCE, Nayara de Almeida. **História da educação de surdos no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, João Henrique da. **Federação Nacional das APAES no Brasil, hegemonia e propostas educacionais (1990-2015)**. 2017. 384 f. Dissertação (Doutorado em Educação Especial) — Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SILVA, Maria José. O papel do coordenador escolar na gestão democrática. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 70, p. 40–58, 2018. **SILVA, Rodrigo Pires.** A evolução das APAES e o papel social das associações na inclusão. Revista de Educação e Sociedade, v. 33, n. 117, p. 123–138, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação pedagógica: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da escola.** São Paulo: Libertad Editora, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **A construção do plano pedagógico: reflexões e práticas.** São Paulo: Editora Moderna, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Pedagogia da gestão educacional.** São Paulo: Loyola, 2010.

VASCONCELOS, Marília Silva. **Políticas de inclusão na educação brasileira.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, IBGE. Itabirito – Dados do município. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/3131901-itabirito>>. Acesso em: 28 maio 2025

6. Anexos

Anexo 1

SUPERVISOR ESCOLAR

Descrição Sumária:

Supervisionar as ações pedagógicas e o desenvolvimento de planejamento de projetos, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, junto ao corpo docente e discente da Educação Básica.

Descrição Detalhada:

1. Responder pela qualidade, confiabilidade e desempenho dos recursos, serviços e informações geradas pelas tarefas sob sua responsabilidade, mantendo sigilo sobre assuntos confidenciais relacionados às atividades que desenvolve;
2. Gerir todas as funções pedagógicas elaboradas no plano de curso;
3. Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola;
4. Promover encontros para divulgação das ações pedagógicas desenvolvidas pelo corpo docente no semestre;
5. Discutir permanentemente o aproveitamento escolar e a prática docente, a fim de propor e realizar ações de melhoria, quando cabível;
6. Assessorar individualmente e coletivamente o corpo docente no trabalho pedagógico interdisciplinar;
7. Coordenar e participar dos conselhos de classe, planejando e acompanhando o currículo escolar;
8. Auxiliar na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico - PPP, sugerindo, orientando e auxiliando na realização das ações e atividades a serem realizados ao longo do ano;
9. Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo;
10. Participar de reuniões, conselhos de classe, encontros, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade de ensino;
11. Auxiliar o corpo docente na interação entre a parte teórica e a parte prática, avaliando a forma de ensino praticada pelo profissional;
12. Responsabilizar-se por seus deveres enquanto educador, promovendo o bom relacionamento com os alunos, os colegas de trabalho, pais e demais servidores do estabelecimento de ensino de forma igualitária;
13. Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional nos diferentes segmentos de ensino;
14. Responsabilizar-se pela elaboração do plano de intervenção escolar, juntamente com o corpo docente e equipe de atendimento ao educando, elaborando diretrizes a serem cumpridas, quando necessário;
15. Analisar os resultados obtidos na avaliação da prática pedagógica, realizando levantamento de dados e analisando junto ao corpo docente o resultado, a fim de elaborar diagnóstico da prática do professor e do aluno;
16. Encaminhar os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade específica, de acordo com diagnóstico de especialistas, às instituições especializadas do município;
17. Analisar os resultados obtidos nas avaliações externas, realizando um levantamento do resultado obtido com o resultado definido, elaborando, quando necessário, plano de ação para melhoria do resultado obtido;
18. Realizar reuniões administrativas pedagógicas, com intuito de avaliar os resultados obtidos por meio das práticas propostas, sugerindo modificações e melhorias, quando necessário;
19. Elaborar juntamente com o corpo docente o cronograma de avaliação para ser encaminhado aos responsáveis pelos alunos;
20. Coordenar a organização das lideranças de turma e dos professores padrinho das mesmas, visando à melhoria do elo entre secretaria/supervisão e sala de aula;
21. Analisar as atividades diárias e avaliativas que o corpo docente necessitar para a realização das atividades;
22. Organizar e dar suporte a projetos e excursões realizadas pelo corpo docente escolar;
23. Participar dos processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vista ao melhor rendimento do processo de ensino-aprendizagem, revisando o planejamento sempre que necessário;
24. Coordenar a realização da autoavaliação dos professores e alunos, compilando os dados, elaborando gráficos separados por disciplina, professores e salas, a fim de repassar informações obtidas aos responsáveis;
25. Avaliar os livros didáticos adquiridos pela escola, por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD;
26. Coordenar o trabalho de integração entre família e escola e auxiliar o corpo docente na produção de eventos escolares;
27. Zelar pela conservação dos bens patrimoniais, solicitando reparo e/ou reposição, sempre que necessário;
28. Apoiar o superior imediato em assuntos inerentes à sua área de atuação, apresentando problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição de procedimentos e ações a serem adotadas;
29. Elaborar planos de cursos baseados na matriz curricular de referência em conjunto com a direção pedagógica;

-
30. Manter atualizado os registros das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;
 31. Preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado e controlar a frequência do aluno;
 32. Cumprir as normas determinadas pelo estatuto do servidor e regulamento interno da escola;
 33. Executar outras atividades correlatas, a critério do superior imediato.

Anexo 2. Ficha de matrícula

Escolas Outras		Escola Municipal Ribeirão do Eixo REQUERIMENTO DE MATRÍCULA - ANO 2024	
DADOS DO (A) ALUNO (A):			
NOME COMPLETO: _____			
DATA NASCIMENTO: ____/____/____			
ANO/PERÍODO A CURSAR EM 2024: _____			
ENDEREÇO			
RUA, AV, PRAÇA: _____		Nº: _____	COMPLEMENTO: _____
CEP NOVO: _____	BAIRRO: _____	CIDADE: _____	UF: _____
FONE (COM DDD): _____	CELULAR COM DDD: _____	E-MAIL: _____	
RG: _____	CPF: _____		
DADOS DO PAI			
NOME COMPLETO: _____		CPF: _____	
FONE (COM DDD): _____	CELULAR COM DDD: _____	E-MAIL: _____	
DADOS DA MÃE			
NOME COMPLETO: _____		CPF: _____	
FONE (COM DDD): _____	CELULAR COM DDD: _____	E-MAIL: _____	
DADOS COMPLEMENTARES			
RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO:	PAI ()	MÃE ()	OUTRO: _____
POSSUI BOLSA FAMÍLIA:	SIM ()	NÃO ()	POSSUI CAD. ÚNICO: SIM () NÃO ()
POSSUI NECESSIDADES ESPECIAIS?	SIM ()	NÃO ()	QUAL? _____
FAZ USO DE ALGUM MEDICAMENTO?	SIM ()	NÃO ()	QUAL? _____
TEM ALGUM TIPO DE ALERGIA?	SIM ()	NÃO ()	QUAL? _____
O ALUNO FAZ TRATAMENTO OU ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO? SIM () NÃO () QUAL? _____			
O ALUNO POSSUI ALGUMA RESTRIÇÃO ALIMENTAR? (EX: DIABETES, INTOLERÂNCIA A LACTOSE, AO GLÚTEM) SIM () NÃO () QUAL? _____			
UTILIZA TRANSPORTE: SIM () NÃO ()			
POSSUI ACESSO A INTERNET? SIM () NÃO () TEM WHATSAPP: SIM () NÃO () Tel: _____			
EU, RESPONSÁVEL LEGAL PELO ALUNO (A) ACIMA IDENTIFICADO, AUTORIZO: () USO DE SUA IMAGEM PARA TODA REDE DO MUNICÍPIO A TÍTULO GRATUITO E SEM ÔNUS. () SAIR COM A ESCOLA PARA PASSEIOS, EXCURSÕES, VISITAS E OUTROS, DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO.			
ASSINATURA POR EXTENSO DO RESPONSÁVEL: _____			

Anexo 3: Formulário de entrevista

FICHA DE ENTREVISTA DO ALUNO 2025	
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA	
Nome da criança: _____	
Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo F () M () Naturalidade: _____	
Idade: _____ Segmento: Maternal _____	
2. FILIAÇÃO	
Mãe: _____ Tel: _____	
Pai: _____ Tel: _____	
3. ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	
Rua: _____ Nº: _____	
Bairro: _____ Município: _____	
Telefones para contato:	
Pai trabalha: () sim () não Local: _____ tel: _____	
Mãe trabalha: () sim () não Local: _____ tel: _____	
Telefone (Whatsapp) do responsável: _____	
Outros telefones de contato:	
Telefone _____ Nome _____ Parentesco _____	
Telefone _____ Nome _____ Parentesco _____	
Telefone _____ Nome _____ Parentesco _____	
Criança sob responsabilidade de:	
País: ____ Mãe: ____ Pai: ____ Avó Materna: ____ Avó Paterna: ____ Tia: ____ Outros: ____	
IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA A QUEM A CRIANÇA ESTÁ A CARGO (QUANDO NÃO OS PAIS)	
Nome: _____ Grau de parentesco: _____	
Tel: _____	
Endereço: _____ Nº: ____ Bairro: _____	
4. DOMÍNIO RELACIONAL	
Relação entre o pai e a mãe: _____	
Casados <input type="checkbox"/> Divorciados <input type="checkbox"/> Solteiros <input type="checkbox"/> União de fato <input type="checkbox"/>	
Observações: (Problemas familiares que queira relatar) _____	
Nº de irmãos: _____ idade: _____ pessoas que moram no mesmo endereço: _____ parentesco: _____	
5. Informações complementares.	
Quem está autorizado a vir buscar o seu filho no CMEI: _____	
Nome: _____ Parentesco: _____	
Nome: _____ Parentesco: _____	
Utilizará algum transporte escolar? () Qual? _____	
6. INFORMAÇÕES DA CRIANÇA:	
Queremos conhecer mais sobre seu filho (a) por isso solicitamos que nos informe:	
Rotina do Sono:	
() Dorme bem () Dorme pouco	
Com um objeto pessoal _____ qual: _____	
Chupa bico: Sim () Não ()	
Alimentação	
Alimenta bem () tem pouco apetite () ama mamadeira ()	
Faz uso de comida de sal? _____ Já ingeriu Ovo: () Faz uso de Leite e derivados: ()	
Tem alguma restrição alimentar? () Qual? _____	
Usa fralda: Sim () Não ()	
Lazer: socializa bem com outras crianças sim () não ()	
Comportamento: Muito quieto () Normal () Agitado () Choro frequente: ()	
Saúde: Alérgica? Sim () não () motivo: _____	
Tem restrição a algum Medicamento: () _____	
Já teve convulsão? _____ Esta com o cartão de vacina atualizado? _____ (pedir cópia)	
Apresenta Doenças frequentes: _____	
Tem necessidades educativas especiais? Sim () Não () Se sim, quais? _____	
Deficiência auditiva () Deficiência motora () Deficiência visual () Outros ()	
Em caso de febre qual medicamento dar: _____ Gotas: _____	
Lembrando que este só será ministrado mediante a autorização do responsável. O Medicamento será dado para amenizar a febre enquanto o mesmo venha buscá-lo. Pois não podemos ficar com criança em estado febril no CMEI. Esse contato acontecerá por telefone.	
Outros Relatos de saúde de seu filho: _____	
Religião: _____	
Cultura: Quanto aos eventos culturais da escola a criança poderá participar? Sim () Não ()	
A família possui outros rendimentos? _____	
BOLSA-FAMÍLIA: () SIM () NÃO NIS: _____	
CADASTRO ÚNICO: () SIM () NÃO NIS: _____	
Tem irmão (a) no CMEI? _____ Nome: _____	
Outras informações sobre seu filho/a: _____	
Início no CMEI dia: _____	
Saída do CMEI dia: _____	
ÁGUA LIMPA, ____ DE _____ DE 2025	
Responsável	
AUTORIZAÇÃO:	
AUTORIZO o uso de imagem do meu filho(a) em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser utilizada em campanhas promocionais e institucional do CMEI ÁGUA LIMPA. Sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno desta instituição, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.	
a. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) outdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (II) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais locais em geral; (V) home Page; (VI) cartazes; (VIII) mídia eletrônica. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.	
ÁGUA LIMPA, ____ de _____ de 2025	
Responsável	